PAREDES
(Cete)

A igreja de São Pedro pertence à freguesia de Cete, que dista cerca de 6,5 km do concelho de Paredes, distrito do Porto, e está situada na margem direita do rio Sousa. Sair de Paredes em direção à estrada N15 e continuar nesta estrada cerca de 5 km e depois virar à esquerda para a estrada N106-3. Andar cerca de 1,6 km e depois virar à direita em direção a CM1327. Cerca de 600 m à frente virar à esquerda em direção ao largo do Mosteiro.

A igreja de São Pedro tem uma implantação rural rodeada de campos de cultivo e matas, localiza-se no vale do rio Sousa e constitui um testemunho tardio do românico de Entre-Douro-e-Minho.

O atual concelho de Paredes, a par com o de Paços de Ferreira, cobre uma grande parte do território que, em finais do século XIII se designava por julgado de Aguiar de Sousa. Neste julgado predominava a propriedade eclesiástica que detinha mais de metade dos casais aí existentes. Só os mosteiros eram senhores de mais de três quartos dessa propriedade. É neste contexto que se enquadra o mosteiro de Cete.

Na freguesia de Cete assinale-se também a capela de Nossa Senhora do Vale, edificada em época pouco posterior à fundação do mosteiro, na qual se destaca um elegante púlpito de pedra lavrada. Em frente da capela existia um cruzeiro muito antigo com uma cruz de Malta e uma escadaria que o rodeava. Na freguesia de Cete são referidas duas pontes, em 1758: a ponte do Vau, em cantaria de um só arco, e a ponte de Arcas, de madeira, no lugar da Várzea.

Igreja de São Pedro. Perspetiva aérea a partir de oeste



Mosteiro de São Pedro

Segundo a lenda, os instituidores do primitivo cenóbio terão sido Zamora e Mozara que, renegando a antiga fé muçulmana, fundaram um mosteiro que assumisse simultaneamente as funções de templo e de fortaleza. Estes conversos teriam dotado o mosteiro com parte das terras que possuíam perto da margem direita do rio Sousa e o senhorio das mesmas teria sido incluído na doação que esses conversos fizeram então ao mosteiro para sustentação da comunidade de religiosos. Assim, segundo o relato lendário, teriam conseguido que uma comunidade beneditina estabelecida em Sète, cidade mediterrânica francesa, enviasse para aí os primeiros monges. Na realidade, este mosteiro nunca existiu. Aliás, não podemos deixar de reparar nos nomes dos instituidores, que são iguais, tendo apenas as sílabas trocadas, o que leva também a questionar a sua existência. O que se sabe é que durante a investida muçulmana de 963 o cenóbio que aí existia foi destruído ficando em ruínas. Uns anos mais tarde, um nobre francês de nome D. Gonçalo Oveques empreendeu a reedificação do mosteiro, ao qual adicionou uma torre. O nobiliário do Conde D. Pedro assim o atesta.

Em 924 um inventário de bens na foz do Sousa atesta já a existência dum edifício monástico e conservam-se documentos datados do ano de 985 que referem a existência de uma basílica dedicada a São Pedro, estando então o mosteiro sob a proteção da família de Leodorigo Gondesendes, tetravô de D. Guterre Mendes, sepultado no mosteiro. Uma valiosa doação datada de 985 atesta a proteção dessa família ao cenóbio de São Pedro de Cete. Doações patrimoniais como esta repetem-se ao longo do século XI, como regista Barbosa Pinto.

Alianças matrimoniais uniram os descendentes de Leodorigo Gondesendes aos senhores de Moreira, estando um deles sepultado no mosteiro de Cete, como se pode comprovar pela inscrição funerária datada de 22 de abril de 1067, onde se lê:

> + IN ERA · Tª C:ª V X KaLendas MAIV RO [Sic] / QVE(sci)T (?) (in) PATE (?) [...] MENEN(dus)

Gravada na tampa do mesmo sarcófago, Mário Barroca regista ainda outra epígrafe, a inscrição funerária de D. Guterre Mendes, datada de 1117:

> ERA · M · C · 2· V · Obbit / FaMuLVS · DEI · GOTIER(r)E · MENEN[dus]

Segundo este autor, D. Guterre Mendes poderia ter reaproveitado o túmulo de um elemento da sua linhagem, provavelmente com a intenção de reforçar a legitimidade



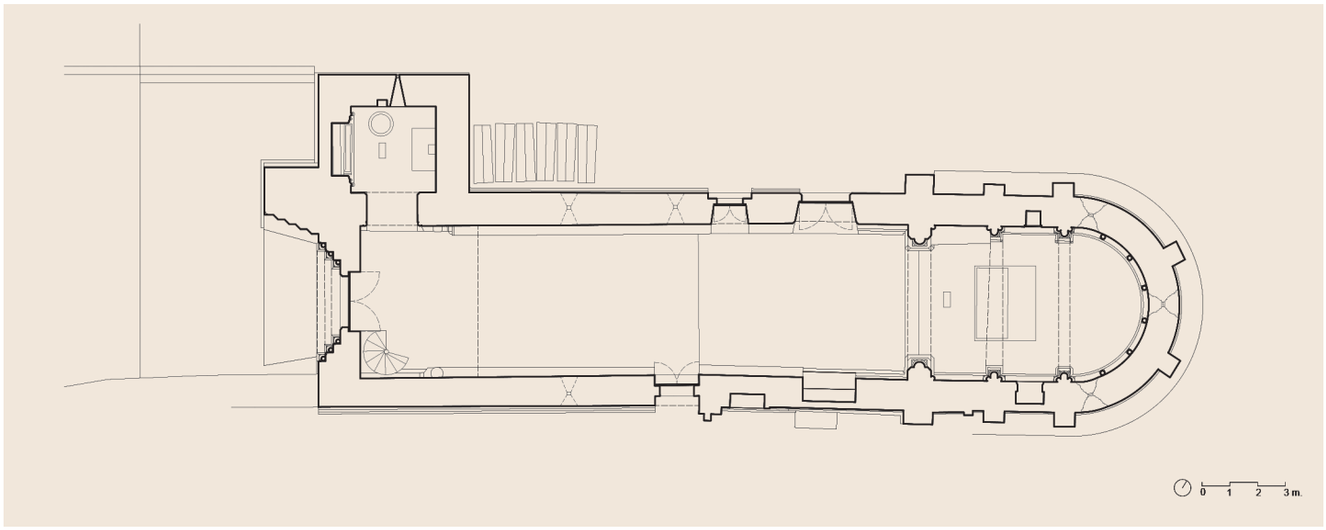
Alçado oeste



Alçado este. Pormenor da abside

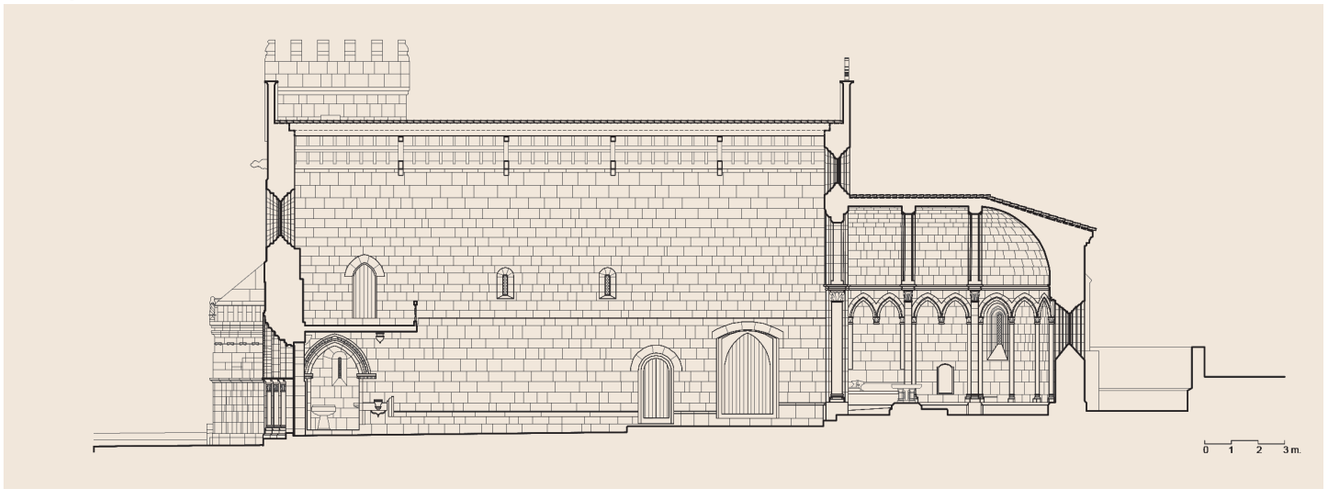


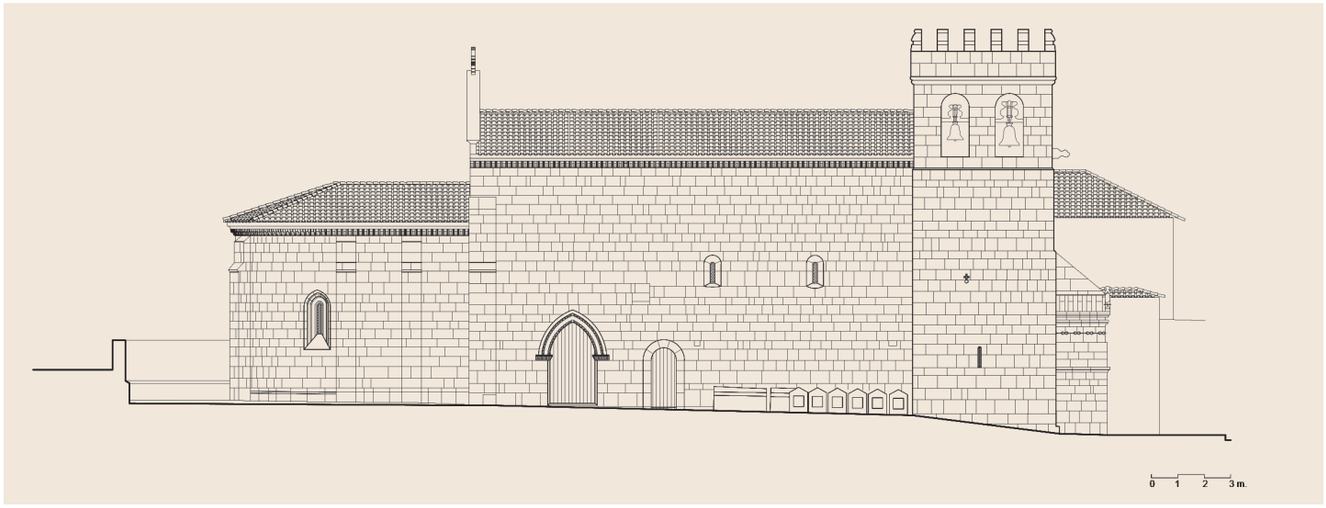
Alçado norte



Planta

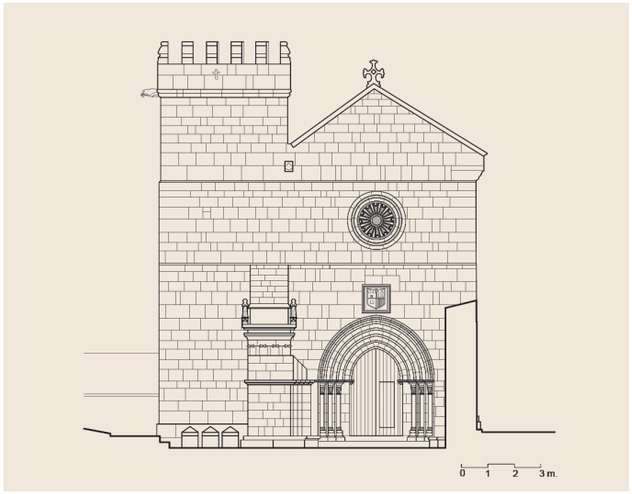
Corte longitudinal



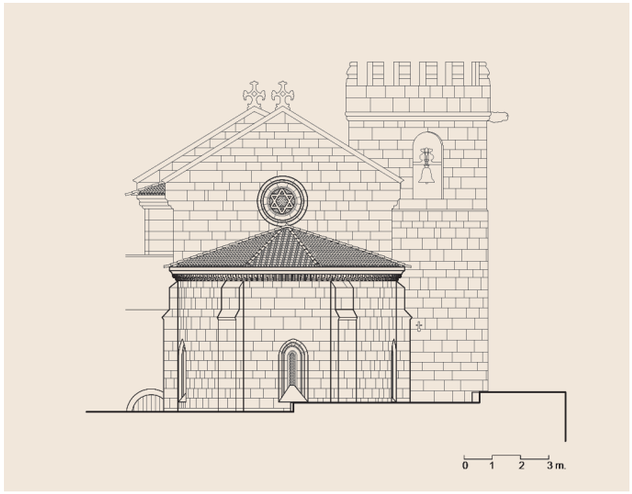


Alçado norte

Alçado ocidental



Alçado este



dos seus direitos patrimoniais sobre o mosteiro. Guterre Mendes era filho de D. Mendo Dias e D. Guntinha Guterres e casou com Onega Gonçalves, da poderosa família dos senhores de Moreira. Estes senhores de Moreira detinham o direito de padroado sobre mosteiros como o de Moreira da Maia, o de Rio Tinto e o de Refojos de Leça. Estas famílias além de deterem o direito de padroado dotavam as casas monásticas de bens fundiários necessários à vida monástica, assegurando por um lado os direitos de aposentadoria e de comedoria e por outro o direito de se fazerem tumular no mosteiro. Guterre Mendes granjeou alguma projeção social, tendo sido testemunha numa carta de D. Henrique e D. Teresa, datada de 1109, e numa concórdia entre o bispo do Porto e o de Coimbra sobre limites de dioceses, em dezembro de 1114.

Segundo José Mattoso, a fundação do mosteiro de São Pedro de Cete atribuída a D. Gonçalo Oveques deverá ser interpretada como uma *reconstrução*, pois este nobre viveu nos finais do século XI. A capela funerária de D. Gonçalo Oveques e de sua mulher está localizada na torre de São Pedro de Cete, que tinha ameias e frecheiras. Estas torres medievais eram simultaneamente um sinal de prestígio para quem as habitava e um local de abrigo para as populações que a circundavam. Embora resultante de uma opção tomada no restauro realizado pela DGEMN na década de 1930, no caso de Cete, a torre ameada e o botaréu que ladeava o pórtico parecem querer acentuar um pretenso caráter defensivo da construção.

Os filhos de Gonçalo Oveques, Mendo, Soeiro, Martinho e Diogo, foram os patronos do mosteiro entre 1121 e

1128, altura em que o cenóbio recebeu carta de couto de D. Teresa, confirmada por D. Hugo bispo do Porto e D. Gonçalo bispo de Coimbra. Nesta data o mosteiro aderiu à Regra de São Bento e aos costumes cluniacenses, à imagem de tantos outros da região de Entre-Douro-e-Minho. Segundo José Mattoso, os costumes de Cluny contribuíram para dar aos nobres patrocinadores dessas comunidades monásticas uma consciência da sua identidade como grupo social, consciente e politizado.

Em maio de 1133, D. Afonso Henriques concede ao mosteiro de São Pedro de Cete metade da *villa* de Lebrinho, em Gondomar. Os bens doados ao mosteiro dilataram o seu património e, no início do século XIII, os bens deixados ao mosteiro de Cete repartiam-se por 18 lugares. Em 1195, o mosteiro de Cete é mencionado na divisão de bens entre o bispo e o Cabido do Porto.

O couto monástico associado ao cenóbio de Cete coincidia com praticamente toda a freguesia, o que justifica o elevado número de casais acumulados pela instituição. Em 1258, os inquiridores, das Inquirições régias, dirigiram-se ao couto do mosteiro de Cete onde foram informados que o couto tinha 26 casais, 22 de Cete e 4 de Paço de Sousa. O mosteiro pagava a terça ao rei e não havia no couto rendeiros nem foreiros. Segundo estas Inquirições, o mosteiro de Cete tinha o padroado das igrejas da Foz do Sousa, em Gondomar; de São João de Vila Cova, de Santa Maria de Febros, de São Romão de Mouriz e de São Martinho de Parada no julgado de Penafiel; e das igrejas de São João de Guilhufe e de São Miguel de Urrô no julgado de Penafiel.

Era frequente o abade de Cete estar presente à realização de atos jurídicos. Em julho de 1249, vários eclesiásticos do clero secular e regular, entre os quais o abade de Cete, e a pedido da abadessa de Arouca, estão presentes à leitura de um diploma do papa Inocêncio IV relativo à edificação de um mosteiro cisterciense feminino em Bouças. João Peres, abade do referido mosteiro de Cete, surge como a primeira testemunha enunciada na doação que Fernando Rodrigues faz a D. Julião, bispo do Porto, da igreja de Santa Maria de Campanhã, de outubro de 1258. Dois anos mais tarde, em 1260 é realizado um acordo entre D. Julião, bispo do Porto, e o mesmo João Peres, abade do mosteiro beneditino de Cete, relativo à apresentação dos reitores das igrejas de Santa Maria de Febros, São Miguel de Urrô e São Martinho de Parada, que pertenciam ao dito mosteiro.

Entre finais do século XIII e inícios do século XIV, o abade D. Estêvão Anes reedificou por completo a igreja de Cete, conforme indica a inscrição na parede norte da capela-mor. A sua atividade à frente do mosteiro encontra-se



Portal sul, ligando a igreja e o claustro

documentada desde 1278 e terá falecido a 23 de julho de 1323. A sua lápide funerária assinala não só a data da sua morte, mas também o facto de ter sido o autor das reformas feitas na igreja, segundo leitura apresentada por Mário Barroca:

> X° ⁝ KaLendaS ⁝ AUGUSTI ⁝ ERA ⁝ M ⁝ CCC / LXI ⁝ OBiit ⁝ VIR ⁝ HONESTISSIMus ⁝ / ABBAS ⁝ DONNus ⁝ STEPHANus ⁝ Io(hannis) ⁝ / Q(u)I ⁝ HANC ⁝ ECCLesiAM ⁝ TOTAM ⁝ De ⁝ / NOVO ⁝ OPerE ⁝ RENOVAVIT ⁝ CUIus ⁝ / AnImA ⁝ IN ⁝ PACE ⁝ REQ(u)IESCAT ⁝ AMen

As intervenções efetuadas durante o abaciado de D. Estêvão Anes assinalaram-se ao nível da fachada, ao nível da largura da igreja, da relação entre o pé-direito da cabeceira e da nave e ao nível da escultura dos capitéis e dos cachorros que apresenta.

Segundo o Catálogo das igrejas, comendas e mosteiros do Reino, realizado entre 1320 e 1321 por ordem de D. Dinis, o mosteiro de São Pedro de Cete, na *terra* de Aguiar,

contribuiu com 400 libras para a Cruzada. Refira-se que é a maior contribuição das igrejas e mosteiros da *terra* de Aguiar, cujas igrejas contribuem com valores muito inferiores à centena de libras. Apenas dois mosteiros contribuíram com valores superiores às cem libras, no caso Vandoma (225) e Vilela (150).

O mosteiro de Cete é referido na listagem dos censos do Censual do Cabido do Porto, do século XIV. Segundo esta fonte, o referido mosteiro encontrava-se na Terra de Aguiar e de Ferreira, que era do deão da sé.

Em 1549, os monges beneditinos iniciaram a organização do Tombo de bens e propriedades do mosteiro de Cete, na sequência de uma diretiva de D. Baltasar Limpo bispo do Porto, o qual tombo foi tendo adições nos anos subsequentes. Deste período existia também, no cartório, um livro dos caseiros que, além de indicar as rendas a pagar, revelava pormenores interessantes para a história do mosteiro. Estes livros conservam-se atualmente no Arquivo Distrital do Porto.

Desde o princípio do século XVI até 1551, o mosteiro foi administrado por abades comendatários, sendo o último Fr. Luís de Montoia, eremita de Santo Agostinho. Em 1551, D. João III anexa o mosteiro de Cete ao Real Colégio da Graça de Coimbra, dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho. O seu património era então considerável, como podemos confirmar pelos tombos redigidos ao longo do século XVII, e de que nos dá conta Barbosa Pinto. Porém, depois de tomarem posse do mosteiro não houve qualquer investimento por parte dos agostinhos e o edifício foi-se arruinando.

João de Barros, autor da obra *Geographia d'Entre Douro e Minho*, redigida na segunda metade do século XVI, remonta a fundação do mosteiro de Cete ao de Paço de Sousa, fundado em meados do século X. Ainda segundo este autor, Cete tinha abade e convento e rendia, então, mil cruzados de renda.

Em meados do século XVII, Fr. Leão de São Tomás afirma que o mosteiro de Cete se localizava muito próximo do de Paço de Sousa e atribuía a sua fundação a D. Gonçalo Oveques, pai de D. Diogo que morrera na batalha de Ourique ao lado de D. Afonso Henriques. Lamenta que as notícias que tem sobre o mosteiro sejam muito parcas porque não pôde ver o cartório, provavelmente, avançamos nós, por estar nas mãos dos Padres Eremitas de Santo Agostinho do Colégio da Graça de Coimbra.

Cerca de cem anos mais tarde, as Memórias Paroquiais de 1758 informam que o mosteiro de São Pedro de Cete já havia sido destruído, restando apenas a igreja e instalações para alojar dois religiosos. Dentro da igreja, num nicho da capela-mor, tinha uma imagem muito antiga de São Pedro. É assinalado que no altar do Santo Lenho havia um sacrário com uma relíquia da Cruz, que estava "metida em huma cruz de prata liza com seus vidros por donde se deixa ver a sagrada reliquia", e que havia sido dada pela rainha D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques. Também Américo Costa destaca a "grande reliquia do Santo Lenho" dada por D. Mafalda. Fr. Tomé Brandão, vigário de Cete em 1758, salienta que numa capela, que está fora da nave da igreja, debaixo de um arco de pedra, está um túmulo coberto com uma grande pedra, lavrado de folhagens; da parte de fora da igreja, sobre o mesmo túmulo, está levantada uma torre de cantaria lavrada com ameias e pirâmides em cima e por remate. Num primeiro momento afirma que desconhece quem esteja aí sepultado, mas no final do inquérito responde que teve conhecimento que era "Dom Gonçalo Oveques, tronco dos Freitas, cujas armas estão postas no frontespício da igreja". O vigário refere também a existência de um outro túmulo, "com hum vulto em cima, também de pedra, que faz a figura de hum prelado vestido de Pontifical", transcrevendo a sua epígrafe.

Em 1834, na sequência da extinção das Ordens Religiosas, a igreja foi entregue à paróquia e os edifícios vendidos em hasta pública. Entre 1881 e 1882 a igreja foi alvo de obras de restauro, devido ao estado lamentável em que se encontrava o edifício. Por conta da Junta da paróquia de Cete foram feitas reparações completas no telhado, mas também na talha do altar-mor e seu retábulo. Limpou-se a cal da abóbada, arcadas da capela-mor e o arco cruzeiro. Foi desentaipada a rosácea aberta na parede fundeira da nave, sobre o arco triunfal. Reformou-se todo o pavimento de pedra, desentulhou-se e reparou-se a capela de São Nicolau existente na parte inferior da torre. Em 1922, José do Barreiro, citado por Américo Costa, escrevia "a igreja de Cête é muito estreita, e d'uma altura extraordinária, fazendo lembrar a de Cedofeita, do Porto; a torre tem ameias, como de fortaleza e em muitas pedras ha letras [...]. Na frente da igreja ha um brazão d'armas, como obra de fidalgo e um gigante de pedra que sustenta um arco interior".

Nos anos 30 do século XX, a igreja foi submetida a nova campanha de restauros, que lhe conferiu o aspeto que ostenta atualmente após a eliminação de diversos elementos no exterior, como a sacristia e a escadaria de pedra que permitia o acesso ao piso superior pelo lado norte, como no interior, de que podemos nomear a remoção do púlpito ou de quatro retábulos que obstruíam, ao que se considerava, a nave. Arranjaram-se outros, como o coro alto, que foi diminuído e reconstruído, aproveitando-se o acesso primitivo da torre. A campanha de obras levada a cabo

pela DGEMN na igreja de Cete determinou a imagem que hoje temos da igreja. Além do apeamento de elementos da época moderna no interior da igreja como o púlpito e os altares, no exterior os trabalhos incidiram sobre a correção do desaprumo da sua fachada oeste. Interveio-se ainda na rosácea, no parapeito e no coroamento ameado da torre. Manuel Dias da Costa, pároco de Cete entre 1924 e 1935, redigiu o testemunho escrito do Boletim da DGEMN. Pinto Barbosa reporta a existência de um "livro de visitas" do mosteiro de Cete durante as obras de restauro, destacando três testemunhos do dia 2 de dezembro de 1929: Gomes da Silva, então Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Alfredo de Magalhães, antigo Ministro da Instrução e das Belas Artes, e de Francisco Manuel Leite Pereira de Melo Ferreira Pinto, proprietário da Quinta de Cete.

O mosteiro beneditino de Cete tem raízes acentuadamente românicas que, contudo, se reduzem hoje à igreja, à sala capitular e ao claustro. Os complexos monásticos eram constituídos por várias dependências distribuídas em função da igreja, da topografia do terreno e de outros elementos como a ordem religiosa a que estava afeta o mosteiro. Geralmente, e por motivos de exposição solar, o claustro e as restantes dependências eram encostadas à fachada sul. No caso de São Pedro de Cete esta regra confirma-se, estando o claustro e a Sala do Capítulo construídos a sul da igreja.

Orientada, a igreja de Cete é formada por uma longa e estreita nave que remata com cabeceira única. Esta compõe-se de três tramos, abobadados e marcados por arcos torais, sendo o tramo terminal de perfil circular, no interior e no exterior. Concebida em aparelho pseudo-isódomo de

Alçado oeste. Portal



granito, tem cobertura de madeira no interior e correspondente telhado de duas águas. A torre sineira, de planta quadrangular, surge incorporada na fachada, do lado norte, e acolhe no seu interior a capela funerária de D. Gonçalo Oveques, a que se acede a partir da nave por arco.

A análise da igreja do antigo mosteiro tem de ter presente que, embora a igreja seja geralmente considerada românica, esta deve antes ser classificada como gótica, conforme Ferreira de Almeida e Lúcia Rosas já concretizaram. Para tal concorre, acima de tudo, a sua espacialidade interior – a relação entre o comprimento e a largura da igreja e a relação entre o pé-direito da cabeceira e da nave –, o arranjo da fachada oeste, os modilhões de proa da cabeceira e a escultura que apresentam os capitéis e os cachorros. Contudo, devemos relevar que, apesar do atual edifício resultar de uma reconstrução bem documentada de princípios do século XIV, constitui um bom testemunho de como os padrões românicos são aceites num tempo longo e de quanto eles se ligaram a conceções religiosas.

A fachada este da igreja é dominada pela cabeceira semicircular onde, apesar da persistência de uma fácies românica criada pelos robustos silhares de granito, anuncia-se já uma nova linguagem plástica, a gótica. É, precisamente, nos modilhões de proa e nas frestas formadas por arcos quebrados que identificamos este outro tempo construtivo. Os paramentos da cabeceira são ritmados pela presença de contrafortes de ressalto que sustentam a abóbada interior.

Um contraforte, alinhado com o arco triunfal, marca a passagem para a nave. Junto deste rasga-se o portal lateral que comunicava com a sacristia e arrecadações que, edificadas na época moderna, foram demolidas durantes os restauros da DGEMN por encobrirem parte da fachada. Este portal deve ser já considerado gótico: rasgado da espessura do muro, a sua única arquivolta quebrada assenta sobre os seus pés-direitos. Não tem tímpano. Ao nível dos motivos decorativos persiste um léxico característico do românico nos quadrifólios e flor-de-lis das molduras das aduelas e nos motivos florais das impostas.

O alçado norte da nave é praticamente cego, rasgado por estreitíssimas frestas, que abocinam no interior da igreja e que permitem a sua iluminação. Os modilhões, de proa, são idênticos aos da abside. O alçado sul apresenta um arranjo idêntico, estando a ele adossado o claustro. O portal sul, que com este comunica, é para José Mattoso talvez uma das parcelas que se conserva da igreja primitiva e românica, construída muito tempo antes de 1117, data em que morreu Guterre Mendes, sepultado no claustro. A sua configuração aponta-nos para esta cronologia apesar de ter sofrido evidentes arranjos e que lhe truncaram alguns elementos. Embora inscritas na espessura do muro e assentes sobre os seus pés direitos, compõe-se o portal sul de duas arquivoltas de volta perfeita, ornadas por toros diédricos, elemento disseminado a partir da sé do Porto e de origem limosina. Tem tímpano onde foram incisos dois meios círculos, ao modo de arco, assente sobre modilhões que ou foram profundamente picados, ou resultam de reaproveitamentos conforme indicia a diferença de grão entre os vários elementos. O claustro, contido na sua linguagem, conserva seguramente a escala e implantação do românico primitivo. No centro da sua quadra veem-se hoje diversas arcas tumulares. Na ala este, adossada à igreja, a primitiva sala do capítulo, convertida em sacristia após a demolição daquela que se encontrava a norte da igreja. A sua configuração recorda a estrutura idêntica de São Pedro de Roriz (Santo Tirso). Duas janelas ladeiam um portal, desenhadas por arcos quebrados inscritos na espessura do muro e sem qualquer ornamentação, confirmando um modelo caracteristicamente gótico.

Como referimos já, a fachada oeste foi refeita durante o século XIV. A torre, nela integrada, afirma-se pelo seu caráter robusto e defensivo, mas também pela presença de ameias a coroá-la, que Lúcia Rosas lembra de motivação simbólica. Diante desta surgem três arcas tumulares com respetiva tampa.

Entre a torre e a fachada da igreja ergue-se profundo contraforte, perpendicular a estas, e interrompido ao nível do primeiro registo dos paramentos, que um esbarro termina na parte superior. Este contraforte reforça a torre e, para Lúcia Rosas, corresponde já à época manuelina e é coevo do arranjo da capela funerária do interior da torre e do arcossólio que nela existe. Na face voltada ao portal mostra curiosa composição que recorda a estrutura lateral de um profundo portal com suas bases, colunas e pés direitos com respetivos capitéis e impostas. Podemos admitir, também aqui, o aproveitamento de peças da primitiva fábrica românica?

A fachada principal da igreja propriamente dita é muito estreita e alta. Abriga na parte superior uma rosácea que mostra uma grilhagem contida, radial. Contudo, apesar se enquadrar num gosto já goticizante é obra da intervenção de restauro realizada na década de 1930. O portal oeste retoma, para Lúcia Rosas, alguns aspetos do românico epigonal. Apesar da inexistência de tímpano e da quebra das arquivoltas, que se rasgam na espessura do próprio muro, estas apoiam-se sobre colunas e mostram um formulário decorativo caracteristicamente românico. Os toros diédricos e os motivos perlados que ornam o arco envolvente, comprovam-no. Este mesmo tema repete-se nas impostas. Os capitéis têm esculpidos folhagens e caras nos ângulos de dois deles.



Pormenor dos capitéis do portal oeste

A parede fundeira da abside constitui o elemento mais erudito da fábrica de Cete. Apesar de se tratar de uma obra realizada no princípio do século XIV, na qual se afirma o gosto do gótico, encontramos aqui a persistência de um modelo caracteristicamente românico, ou seja, a arcada cega que anima o paramento. Contudo, os seus arcos, além de serem bastante elevados e, por isso, estreitos, mostram-se levemente apontados. São ornados por toro diédrico. Nos capitéis persistem os motivos vegetalistas. Igrejas românicas como a de São Pedro de Roriz (Santo Tirso), Fonte Arcada (Póvoa de Lanhoso) ou São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) são bons exemplos da utilização de arcadas cegas a ornar o interior das absides e dos absidíolos, quando estes existem. No topo da arcatura cega de Cete destaca-se a fresta fundeira, por onde a luz do nascente entra na igreja. No lado do Evangelho, o túmulo do abade D. Estêvão Anes, responsável pela reedificação da igreja de Cete. O seu túmulo, com estátua jacente, foi executado em granito e revela um caráter estático, segundo Mário Barroca, decorrente não só do tipo de rocha – o granito – mas também da modesta habilidade do autor. O arcaísmo que apresenta não corresponde à sua



Interior. Perspetiva a partir do lado oeste



Alguns capitéis no interior

antiguidade pois, apesar de estilisticamente corresponder a soluções românicas, pela sua datação remete para uma produção da época gótica.

Denunciando o tempo de construção, o arco triunfal abre-se largamente para a nave. A abside já não é tanto um espaço que se pretende vedado aos fiéis, antes exposto a estes. As arquivoltas são quebradas. A interna, com aduelas facetadas no chanfro, sustenta-se em esguias colunas cilíndricas, de tambor, e os seus capitéis mostram caras no lado do Evangelho e folhagens no da Epístola. A aduela externa apresenta igualmente chanfro facetado e é envolvida por arco envolvente que repete o motivo perlado do portal principal. A imposta, cuja modenatura consta de dois toros entremeados de funda escócia, prolonga-se na primeira parcela da nave, sendo, depois, interrompida junto do portal norte. Sobre o arco triunfal rasga-se óculo com grilhagem caracteristicamente gótica. Aarão de Lacerda quis ver aqui o signo salomónico, «símbolo que era muito usado pelos templários, talvez pertencente à anterior ou antes a uma segunda construção cujo edificador as crónicas apontam ter sido D. Gonçalo Oveques».

Nos paramentos da nave, onde prima a contenção e se afirma o granito aparente, vêem-se várias siglas, quase todas geométricas, e algumas cruzes patadas, de sagração, incisas. É percetível a diferença, ao nível do talhe e das dimensões, entre os silhares das primeiras fiadas, ainda românicos, e os que elevam a igreja, resultantes da intervenção realizada sob a alçada do abade D. Estêvão Anes.

Sob o coro alto, do lado do Evangelho, ou seja, à esquerda de quem entra na igreja, acede-se à capela que, além de albergar a pia batismal, guarda um arcossólio enquadrado por arco conopial, e alberga a arca tumular de D. Gonçalo Oveques, decorada com motivos vegetalistas. O acesso faz-se por arco quebrado protegido por guarda de madeira. O arco é caracteristicamente gótico pela configuração, mas também pelo arranjo: além de quebrado, inscreve-se na espessura dos muros, apoiando-se sobre os

seus pés direitos, apesar da presença de estreitas colunas embebidas em cada um dos lados do seu chanfro. A ornamentação das arquivoltas conjuga os toros e quadrifólios, que se repetem nas impostas.

Assim, da primitiva igreja românica de Cete, mais precisamente da segunda metade do século XII, conservam-se algumas pedras decoradas, o portal do claustro e as primeiras fiadas da nave. Não obstante a reedificação gótica, a igreja do antigo mosteiro continua a ser um excelente exemplo de como as formas românicas foram respeitadas para lá do seu próprio tempo, quer porque comprovassem a antiguidade de ocupação de um dado lugar, quer porque legitimassem a existência de uma dada comunidade ou, simplesmente, porque estas respondiam de forma eficaz às



Interior. Abside

necessidades das novas edificações ou, ainda, porque resultam da perduração de modos de saber fazer a que alguns elementos dão um sabor de novidade. Além disso, concordamos com Lúcia Rosas quando diz que estamos diante de um rico testemunho da sacralização do território paroquial e de quanto uma primeira construção determinou a permanência do lugar de origem, apesar das reformas construtivas de que a sua igreja foi sendo alvo ao longo da Idade Média.

Foi, pois, este conjunto edificado e reedificado na Idade Média que a DGEMN quis enfatizar. Na sua campanha que procurou relevar o estado primitivo do monumento, foram realizadas diversas ações que, de facto, acentuam a medievalidade de Cete. Citemos Lúcia Rosas, que bem o explica:

> "em São Pedro de Cête, a demolição da sacristia e o apeamento dos altares, fundamentou-se no facto de estes elementos, mais recentes, esconderem outros, de superior valorização, como a fachada norte e o interior da cabeceira, parcelas da construção medieval que eram merecedoras da sua valorização. É de registar que as paredes da sacristia mostravam uma qualidade inferior quando comparadas com os muros medievais, de muito melhor construção. É de sublinhar também que o altar-mor ocultava o alçado da cabeceira, bem ritmado por arcadas-cegas. Mais do que uma unidade estilística, o restauro desta igreja, procurou realçar a estrutura arquitectónica de índole predominantemente medieval".

O mosteiro de São Pedro de Cete foi classificado como Monumento Nacional em 1910 e integra a Rota do Românico. A igreja está aberta ao culto e as dependências do antigo mosteiro são propriedade particular. Barbosa Pinto, na sua obra *Mosteiro de Cete: momentos da sua história*, colige vasta documentação, escrita e iconográfica, relativa a este cenóbio, condensando num só volume importante informação histórica e artística sobre este monumento românico.

Texto: MLB/JL - Fotos: RR/MLB
Planos: GM/MF/MS (sobre RR/AC/AM/MF/MM)

Claustro. Quadra com sarcófagos





Capela funerária de D. Gonçalo Oveques. Arca tumular



Claustro. Sarcófago com inscrições funerárias de 1067 e 1117 na tampa

Bibliografia

ALMEIDA, C.A.F., 1978a, II, pp. 211-212; COSTA, A.C., 1706-12, I, p. 379; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 28 (de 1067, abril, 22), Insc. n.º 57 (de 1117), Insc. n.º 556 (de 1323, julho, 23); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 33 (de 1067, abril, 22), Insc. n.º 68 (1117); BARROS, J., 2019, pp. 156 e 287; BOISSELLIER, S., 2012, p. 131; CENSUAL do Cabido da Sé do Porto, 1924, pp. 95, 337, 350-352, 496 e 571; COSTA, A., 1929-49, V, pp. 354-358; DGEMN, 1936a, pp. 5-16; GEPB, 1935-60, VI, pp. 546-548; LACERDA, A., 1942-53, p. 251; MATTOSO, J., 2002a, pp. 18-19 e 120; MATTOSO, J., 1982a, pp. 287-288; MEM. PAROQ. 1758 (2009), pp. 484-486; PINTO, J.B., 1972, pp. 17-19, 21-22, 45-49, 60, 73, 75, 81-121 e 125; PMH, INQ., p. 573 (de 1258); ROSAS, L.M.C., 1995, II, pp. 102-103; ROSAS L.M.C., 2008, pp. 156-173; SÃO TOMÁS, L., 1644-51, II, p. 280; SIPA; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2014, pp. 52-54; SOUSA, B.V., 2016, p. 52.

Capela da Senhora do Vale

A CAPELA DA SENHORA DO VALE pertence à freguesia de Cete, concelho de Paredes, distrito do Porto, e dista cerca de 5,5 km da sede do concelho.

Esta capela ou ermida da Senhora do Vale está implantada numa encosta voltada a nascente, sobranceira ao vale, entre duas ribeiras, a de Baltar e uma outra que desagua no rio Sousa. Está enquadrada por habitações vernáculas, implantada, usando as palavras do relator das Memórias Paroquiais de 1758, "fora do lugar da Varzia", sendo envolvida por campos de cultivo onde predominam as culturas arvenses e a vinha. Em frente da capela existe um cruzeiro em cantaria de granito composto por plataforma circular de três degraus onde assenta uma coluna oitavada e cruz pátea.

A motivação para a edificação de pequenas capelas ou ermidas está, geralmente, associada à devoção e aos itinerários de santidade e localizavam-se com frequência nos limites das paróquias. É o caso da capela da Senhora do Vale, relacionada com os interesses agrícolas e as devoções marianas da população circundante. A capela da Senhora do Vale é um claro exemplo da resistência dos motivos românicos em edifícios mais tardios. Datada de finais do século XV, ou inícios do século XVI, é no arranjo do portal e na escultura que se evidencia a persistência dos elementos românicos inseridos no contexto da arquitetura religiosa que nesta época se edificou no Vale do Sousa.

Com planta orientada, a capela afirma-se pela sua escala contida. Uma nave única, de reduzidas dimensões, liga-se a pequena cabeceira quadrangular. Ambas têm cobertura em madeira, a que corresponde exteriormente um telhado de duas águas. Contudo, a presença de contrafortes de ressalto nos ângulos da cabeceira, seja nos cunhais este, seja no alinhamento do arco triunfal, informa-nos de que terá existido um outro sistema de cobertura na abside. Interiormente, a prevalência de mísulas de recorte manuelino de onde ainda se vê o arranque das nervuras confirma-nos que a capela-mor foi inicialmente coberta com abóbada de cruzaria de ogivas. Desconhecemos o momento do seu